



CÓD: SL-003AG-21
7908433209515

TJM-MG

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DE MINAS GERAIS

Analista Judiciário- Jornalista

EDITAL N. 01, DE 26 DE JULHO DE 2021

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos	01
2. Conhecimentos linguísticos gerais e específicos relativos à leitura e produção de textos	14
3. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua	15
4. Estrutura fonética: letra, fonema, encontros vocálicos e consonantais, dígrafo, divisão silábica, ortografia, ortoépia, acentuação tônica e gráfica	17
5. Classes de palavras: classificação, flexões nominais e verbais, emprego.	19
6. Teoria geral da frase e sua análise: orações, períodos e funções sintáticas.	23
7. Sintaxe de concordância: concordância nominal e verbal (casos gerais e particulares), concordância ideológica (silepse)	26
8. Sintaxe de regência: verbos quanto à predicação, regência nominal e verbal	27
9. Crase	27
10. Colocação de pronomes: próclise, mesóclise e ênclise	28
11. Pontuação: emprego dos sinais de pontuação.	28

Noções de Direito

1. Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988 (Com As Alterações Introduzidas Pelas Emendas Constitucionais). Dos Princípios Fundamentais; Dos Direitos E Garantias Fundamentais; Da Organização Político-Administrativa Da República Federativa Do Brasil; Da Administração Pública; Do Poder Legislativo; Do Poder Executivo; Do Poder Judiciário; Das Funções Essenciais À Justiça; Da Família, Da Criança, Do Adolescente E Do Idoso	01
2. Constituição Do Estado De Minas Gerais De 1989 (Com As Alterações Introduzidas Pelas Emendas Constitucionais). Dos Servidores Públicos; Do Poder Legislativo; Do Poder Executivo; Do Poder Judiciário; Das Funções Essenciais À Justiça	43
3. Lei Complementar Estadual N. 59, De 18 De Janeiro De 2001 E Alterações Posteriores. - Organização E Divisão Judiciárias Do Estado De Minas Gerais. Da Organização E Divisão Judiciárias (Art. 1º A 9º, 11 A 16, 184 A 235); Dos Direitos Do Servidor (Art. 262 A 266); Do Regime Disciplinar Dos Servidores Do Poder Judiciário (Art. 273 A 290); Da Sindicância E Do Processo Disciplinar (Art. 291 A 300) 68	
4. Lei Estadual N. 869, De 5 De Julho De 1952 (Estatuto Dos Funcionários Públicos Civis Do Estado De Minas Gerais). Das Disposições Preliminares; Do Provimento; Da Nomeação; Do Estágio Probatório; Do Exercício; Do Tempo De Serviço; Da Frequência E Do Horário (C/C Resolução N. 171-Tjmmg/2016); Das Férias; Das Licenças	84
5. Regimento Interno Do Tjmmg (Resolução N. 167, De 05/05/2016) E Alterações Posteriores.	90
6. Código De Ética Dos Servidores Das Justiça Militar De Minas Gerais (Resolução N. 183, De 12/12/2017).	119
7. Lei N. 8.666, De 21 De Junho De 1993 E Alterações Posteriores. Princípios; Definições; Modalidades, Limites E Dispensa; Sanções Administrativas	122
8. Noções Da Lei N. 14.133, De 1º De Abril De 2021	130
9. Resolução Nº 217 Da 3ª Assembleia Geral Da Onu, De 10 De Dezembro De 1948 (Declaração Universal Dos Direitos Humanos) 170	
10. Noções Básicas De Direito Penal Militar: Conceito De Direito Penal Militar; Fontes De Direito Penal Militar	179

Noções de Informática

1. Conhecimento de operação com arquivos em ambiente Windows 10	01
2. Conhecimento de arquivo e pastas (diretórios) Windows 10	02
3. Utilização do Windows Explorer: criar, copiar, mover arquivos, criar diretório Windows 10	01
4. Conhecimentos em Microsoft Word 2019 para edição de texto: criação de um novo documento, elaboração de tabelas, formatação geral e impressão	05
5. Conhecimentos de Internet. Correio Eletrônico: receber e enviar mensagens; anexos; catálogos de endereço; organização das mensagens	10
6. Conhecimentos do Microsoft Excel 2019: referências a células, fórmulas de soma e de condição e outras fórmulas, gráficos, formatação condicional, impressão	05

Conhecimentos Específicos Analista Judiciário - Jornalista

1. Comunicação e jornalismo.	01
2. Articulação dos códigos comunicacionais nas novas mídias.	02
3. Teorias da Comunicação: Fundamentos teóricos da comunicação humana Teoria hipodérmica da comunicação. A teoria. Teoria estrutural funcionalista. Modelos teóricos de comunicação e os processos de significação	03
4. O texto jornalístico – características: a estrutura da notícia; números e siglas; uso correto dos verbos.	05
5. Perfil do profissional: exigências, levantamento de dados, mapas, gráficos, indicativos numéricos, pesquisa complementar.	06
6. Reportagem – tipos; entrevista – modalidades.	06
7. Comunicação na contemporaneidade: a importância das novas tecnologias.	13
8. O profissional de imprensa e as novas tecnologias.	13
9. Perfil do jornalismo e da publicidade com o advento das novas tecnologias.	13
10. As diversas formas de jornalismo (on-line, rádiojornalismo, telejornalismo, comunitário, documentário) e seu papel no mundo global.	14
11. Ética Profissional.	23
12. Comunicação Organizacional: Fundamentos, processos e técnicas.	25
13. Comunicação digital e seus usos institucionais.	25
14. Veículos de comunicação internos e externos (house organ, revista, newsletter).	26
15. Cultura organizacional, poder e comunicação.	27
16. As informações e a sua extensão: política editorial; editoriais (tipos comuns e especiais).	29
17. Assessoria de imprensa.	30
18. O papel do assessor nos órgãos públicos e na iniciativa privada.	30
19. Produção de releases, comunicados e notas oficiais.	30
20. Clipping, clipping eletrônico.	31
21. Cultura de massa e cultura popular	32
22. Crítica e a indústria cultural.	32
23. Perfil da propaganda institucional e educativa.	32
24. Técnicas básicas de redação publicitária	64
25. Desenvolvimento de slogans e campanhas.	65
26. Titulação.	67
27. Edição: sistemas de fechamento, possibilidades técnicas (selos, tarjas, infografia, fios, olhos, olhos-legenda, textos-legenda, ilhas, boxes, quadros, inserts fotográficos, retículas).	67

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

Compreensão e interpretação de textos

Chegamos, agora, em um ponto muito importante para todo o seu estudo: a interpretação de textos. Desenvolver essa habilidade é essencial e pode ser um diferencial para a realização de uma boa prova de qualquer área do conhecimento.

Mas você sabe a diferença entre compreensão e interpretação?

A **compreensão** é quando você entende o que o texto diz de forma explícita, aquilo que está na superfície do texto.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Por meio dessa frase, podemos entender que houve um tempo que Jorge era infeliz, devido ao cigarro.

A **interpretação** é quando você entende o que está implícito, nas entrelinhas, aquilo que está de modo mais profundo no texto ou que faça com que você realize inferências.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Já compreendemos que Jorge era infeliz quando fumava, mas podemos interpretar que Jorge parou de fumar e que agora é feliz.

Percebeu a diferença?

Tipos de Linguagem

Existem três tipos de linguagem que precisamos saber para que facilite a interpretação de textos.

• **Linguagem Verbal** é aquela que utiliza somente palavras. Ela pode ser escrita ou oral.



• **Linguagem não-verbal** é aquela que utiliza somente imagens, fotos, gestos... não há presença de nenhuma palavra.



• **Linguagem Mista (ou híbrida)** é aquele que utiliza tanto as palavras quanto as imagens. Ou seja, é a junção da linguagem verbal com a não-verbal.



PROIBIDO FUMAR

Além de saber desses conceitos, é importante sabermos identificar quando um texto é baseado em outro. O nome que damos a este processo é intertextualidade.

Interpretação de Texto

Interpretar um texto quer dizer dar sentido, inferir, chegar a uma conclusão do que se lê. A interpretação é muito ligada ao subentendido. Sendo assim, ela trabalha com o que se pode deduzir de um texto.

A interpretação implica a mobilização dos conhecimentos prévios que cada pessoa possui antes da leitura de um determinado texto, pressupõe que a aquisição do novo conteúdo lido estabeleça uma relação com a informação já possuída, o que leva ao crescimento do conhecimento do leitor, e espera que haja uma apreciação pessoal e crítica sobre a análise do novo conteúdo lido, afetando de alguma forma o leitor.

Sendo assim, podemos dizer que existem diferentes tipos de leitura: uma leitura prévia, uma leitura seletiva, uma leitura analítica e, por fim, uma leitura interpretativa.

É muito importante que você:

- Assista os mais diferenciados jornais sobre a sua cidade, estado, país e mundo;
- Se possível, procure por jornais escritos para saber de notícias (e também da estrutura das palavras para dar opiniões);
- Leia livros sobre diversos temas para sugar informações ortográficas, gramaticais e interpretativas;
- Procure estar sempre informado sobre os assuntos mais polêmicos;
- Procure debater ou conversar com diversas pessoas sobre qualquer tema para presenciar opiniões diversas das suas.

Dicas para interpretar um texto:

– Leia lentamente o texto todo.

No primeiro contato com o texto, o mais importante é tentar compreender o sentido global do texto e identificar o seu objetivo.

– Releia o texto quantas vezes forem necessárias.

Assim, será mais fácil identificar as ideias principais de cada parágrafo e compreender o desenvolvimento do texto.

– Sublinhe as ideias mais importantes.

Sublinhar apenas quando já se tiver uma boa noção da ideia principal e das ideias secundárias do texto.

– Separe fatos de opiniões.

O leitor precisa separar o que é um fato (verdadeiro, objetivo e comprovável) do que é uma opinião (pessoal, tendenciosa e mutável).

– Retorne ao texto sempre que necessário.

Além disso, é importante entender com cuidado e atenção os enunciados das questões.

– Reescreva o conteúdo lido.

Para uma melhor compreensão, podem ser feitos resumos, tópicos ou esquemas.

Além dessas dicas importantes, você também pode grifar palavras novas, e procurar seu significado para aumentar seu vocabulário, fazer atividades como caça-palavras, ou cruzadinhas são uma distração, mas também um aprendizado.

Não se esqueça, além da prática da leitura aprimorar a compreensão do texto e ajudar a aprovação, ela também estimula nossa imaginação, distrai, relaxa, informa, educa, atualiza, melhora nosso foco, cria perspectivas, nos torna reflexivos, pensantes, além de melhorar nossa habilidade de fala, de escrita e de memória.

Um texto para ser compreendido deve apresentar ideias seletas e organizadas, através dos parágrafos que é composto pela ideia central, argumentação e/ou desenvolvimento e a conclusão do texto.

O primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levem ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Compreendido tudo isso, interpretar significa extrair um significado. Ou seja, a ideia está lá, às vezes escondida, e por isso o candidato só precisa entendê-la – e não a complementar com algum valor individual. Portanto, apegue-se tão somente ao texto, e nunca extrapole a visão dele.

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa ami-

zade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS

Ironia

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:





Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro "Memórias Póstumas de Brás Cubas", de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem sucesso. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um dos efeitos de sentido que ocorre nos textos literários quando a personagem tem a consciência de que suas ações não serão bem-sucedidas ou que está entrando por um caminho ruim, mas o leitor já tem essa consciência.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 (COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS). DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS; DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS; DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL; DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; DO PODER LEGISLATIVO; DO PODER EXECUTIVO; DO PODER JUDICIÁRIO; DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA; DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*.

Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamus abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Objetivos Fundamentais da República

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Princípios de Direito Constitucional Internacional

Os Princípios de Direito Constitucional Internacional estão elencados no Artigo 4º da CF/88. Vejamos:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Referências Bibliográficas:

DUTRA, Luciano. Direito Constitucional Essencial. Série Provas e Concursos. 2ª edição – Rio de Janeiro: Elsevier.

Distinção entre Direitos e Garantias Fundamentais

Pode-se dizer que os direitos fundamentais são os bens jurídicos em si mesmos considerados, de cunho declaratório, narrados no texto constitucional. Por sua vez, as garantias fundamentais são estabelecidas na mesma Constituição Federal como instrumento de proteção dos direitos fundamentais e, como tais, de cunho assecutorio.

Evolução dos Direitos e Garantias Fundamentais

Direitos Fundamentais de Primeira Geração

Possuem as seguintes características:

- a) surgiram no final do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa, fase inaugural do constitucionalismo moderno, e dominaram todo o século XIX;
- b) ganharam relevo no contexto do Estado Liberal, em oposição ao Estado Absoluto;
- c) estão ligados ao ideal de liberdade;
- d) são direitos negativos, que exigem uma abstenção do Estado em favor das liberdades públicas;
- e) possuíam como destinatários os súditos como forma de proteção em face da ação opressora do Estado;
- f) são os direitos civis e políticos.

Direitos Fundamentais de Segunda Geração

Possuem as seguintes características:

- a) surgiram no início do século XX;
- b) apareceram no contexto do Estado Social, em oposição ao Estado Liberal;
- c) estão ligados ao ideal de igualdade;
- d) são direitos positivos, que passaram a exigir uma atuação positiva do Estado;
- e) correspondem aos direitos sociais, culturais e econômicos.

Direitos Fundamentais de Terceira Geração

Em um próximo momento histórico, foi despertada a preocupação com os bens jurídicos da coletividade, com os denominados interesses metaindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos), nascendo os direitos fundamentais de terceira geração.

Direitos Metaindividuais		
	Natureza	Destinatários
Difusos	Indivisível	Indeterminados
Coletivos	Indivisível	Determináveis ligados por uma relação jurídica
Individuais Homogêneos	Divisível	Determinados ligados por uma situação fática

Os Direitos Fundamentais de Terceira Geração possuem as seguintes características:

- a) surgiram no século XX;
- b) estão ligados ao ideal de fraternidade (ou solidariedade), que deve nortear o convívio dos diferentes povos, em defesa dos bens da coletividade;
- c) são direitos positivos, a exigir do Estado e dos diferentes povos uma firme atuação no tocante à preservação dos bens de interesse coletivo;
- d) correspondem ao direito de preservação do meio ambiente, de autodeterminação dos povos, da paz, do progresso da humanidade, do patrimônio histórico e cultural, etc.

Direitos Fundamentais de Quarta Geração

Segundo Paulo Bonavides, a globalização política é o fator histórico que deu origem aos direitos fundamentais de quarta geração. Eles estão ligados à democracia, à informação e ao pluralismo. Também são transindividuais.

Direitos Fundamentais de Quinta Geração

Paulo Bonavides defende, ainda, que o direito à paz representaria o direito fundamental de quinta geração.

Características dos Direitos e Garantias Fundamentais

São características dos Direitos e Garantias Fundamentais:

- a) **Historicidade:** não nasceram de uma só vez, revelando sua índole evolutiva;
- b) **Universalidade:** destinam-se a todos os indivíduos, independentemente de características pessoais;
- c) **Relatividade:** não são absolutos, mas sim relativos;
- d) **Irrenunciabilidade:** não podem ser objeto de renúncia;
- e) **Inalienabilidade:** são indisponíveis e inalienáveis por não possuírem conteúdo econômico-patrimonial;
- f) **Imprescritibilidade:** são sempre exercíveis, não desaparecendo pelo decurso do tempo.

Destinatários dos Direitos e Garantias Fundamentais

Todas as pessoas físicas, sem exceção, jurídicas e estatais, são destinatárias dos direitos e garantias fundamentais, desde que compatíveis com a sua natureza.

Eficácia Horizontal dos Direitos e Garantias Fundamentais

Muito embora criados para regular as relações verticais, de subordinação, entre o Estado e seus súditos, passam a ser empregados nas relações provadas, horizontais, de coordenação, envolvendo pessoas físicas e jurídicas de Direito Privado.

Natureza Relativa dos Direitos e Garantias Fundamentais

Encontram limites nos demais direitos constitucionalmente consagrados, bem como são limitados pela intervenção legislativa ordinária, nos casos expressamente autorizados pela própria Constituição (princípio da reserva legal).

Colisão entre os Direitos e Garantias Fundamentais

O princípio da proporcionalidade sob o seu triplo aspecto (adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito) é a ferramenta apta a resolver choques entre os princípios esculpidos na Carta Política, sopesando a incidência de cada um no caso concreto, preservando ao máximo os direitos e garantias fundamentais constitucionalmente consagrados.

Os quatro status de Jellinek

- a) *status passivo ou subjectivus*: quando o indivíduo encontra-se em posição de subordinação aos poderes públicos, caracterizando-se como detentor de deveres para com o Estado;
- b) *status negativo*: caracterizado por um espaço de liberdade de atuação dos indivíduos sem ingerências dos poderes públicos;
- c) *status positivo ou status civitatis*: posição que coloca o indivíduo em situação de exigir do Estado que atue positivamente em seu favor;
- d) *status ativo*: situação em que o indivíduo pode influir na formação da vontade estatal, correspondendo ao exercício dos direitos políticos, manifestados principalmente por meio do voto.

Referências Bibliográficas:

DUTRA, Luciano. *Direito Constitucional Essencial. Série Provas e Concursos. 2ª edição – Rio de Janeiro: Elsevier.*

Os individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. Vejamos:

TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desiguam.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Referências Bibliográficas:

DUTRA, Luciano. *Direito Constitucional Essencial. Série Provas e Concursos. 2ª edição – Rio de Janeiro: Elsevier.*

Os direitos sociais estão previstos na CF nos artigos 6 a 11. Vejamos:

CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que previrá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia do tempo de serviço;

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XXIV - aposentadoria;

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;

XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei;

XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;

a) (Revogada).

b) (Revogada).

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social.

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

Art. 10. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Art. 11. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

Os direitos sociais regem-se pelos princípios abaixo:

→ **Princípio da proibição do retrocesso:** qualifica-se pela impossibilidade de redução do grau de concretização dos direitos sociais já implementados pelo Estado. Ou seja, uma vez alcançado determinado grau de concretização de um direito social, fica o legislador proibido de suprimir ou reduzir essa concretização sem que haja a criação de mecanismos equivalentes chamados de medias compensatórias.

→ **Princípio da reserva do possível:** a implementação dos direitos e garantias fundamentais de segunda geração esbarram no óbice do financeiramente possível.

→ **Princípio do mínimo existencial:** é um conjunto de bens e direitos vitais básicos indispensáveis a uma vida humana digna, intrinsecamente ligado ao fundamento da dignidade da pessoa

CONHECIMENTO DE OPERAÇÃO COM ARQUIVOS EM AMBIENTE WINDOWS 10.UTILIZAÇÃO DO WINDOWS EXPLORER: CRIAR, COPIAR, MOVER ARQUIVOS, CRIAR DIRETÓRIO WINDOWS 10

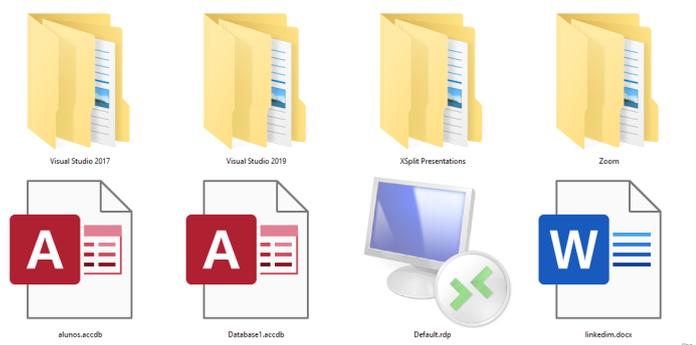
WINDOWS 10

Conceito de pastas e diretórios

Pasta algumas vezes é chamada de diretório, mas o nome “pasta” ilustra melhor o conceito. Pastas servem para organizar, armazenar e organizar os arquivos. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos, aplicativos diversos).

Lembrando sempre que o Windows possui uma pasta com o nome do usuário onde são armazenados dados pessoais.

Dentro deste contexto temos uma hierarquia de pastas.



No caso da figura acima temos quatro pastas e quatro arquivos.

Arquivos e atalhos

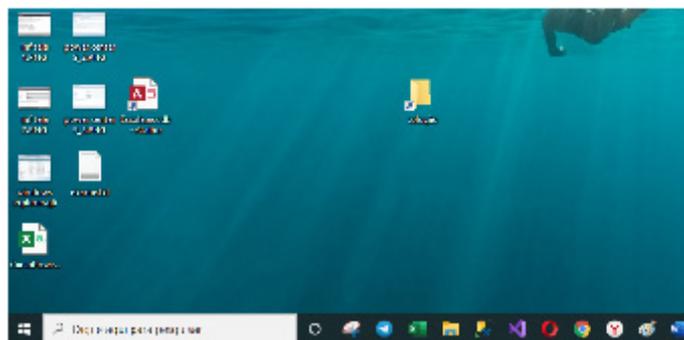
Como vimos anteriormente: pastas servem para organização, vimos que uma pasta pode conter outras pastas, arquivos e atalhos.

• **Arquivo** é um item único que contém um determinado dado. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos e etc.), aplicativos diversos, etc.

• **Atalho** é um item que permite fácil acesso a uma determinada pasta ou arquivo propriamente dito.



Área de trabalho



Área de transferência

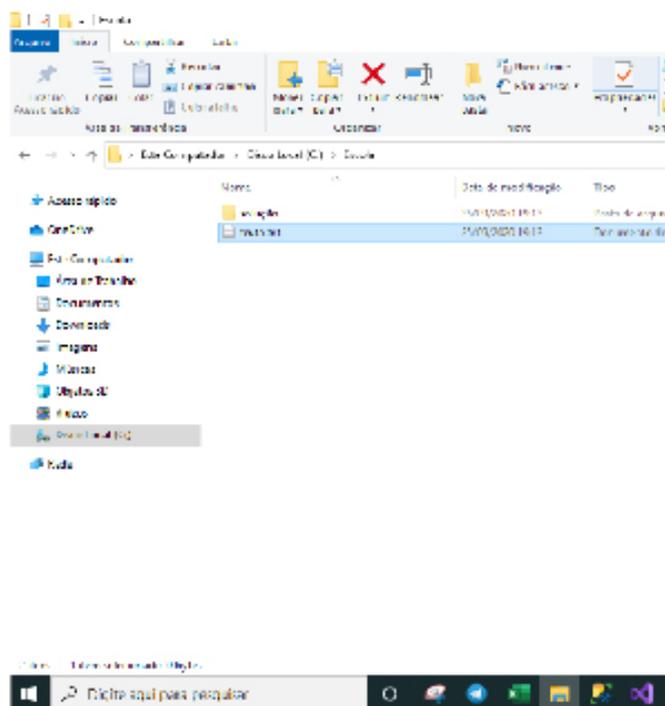
A área de transferência é muito importante e funciona em segundo plano. Ela funciona de forma temporária guardando vários tipos de itens, tais como arquivos, informações etc.

– Quando executamos comandos como “Copiar” ou “Ctrl + C”, estamos copiando dados para esta área intermediária.

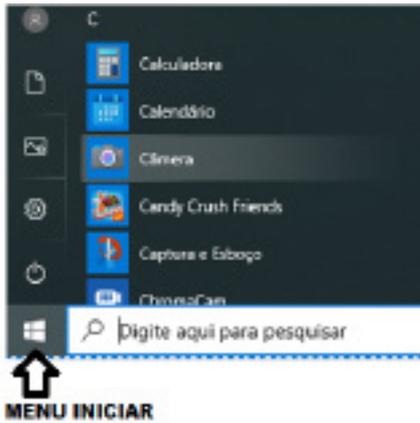
– Quando executamos comandos como “Colar” ou “Ctrl + V”, estamos colando, isto é, estamos pegando o que está gravado na área de transferência.

Manipulação de arquivos e pastas

A caminho mais rápido para acessar e manipular arquivos e pastas e outros objetos é através do “Meu Computador”. Podemos executar tarefas tais como: copiar, colar, mover arquivos, criar pastas, criar atalhos etc.



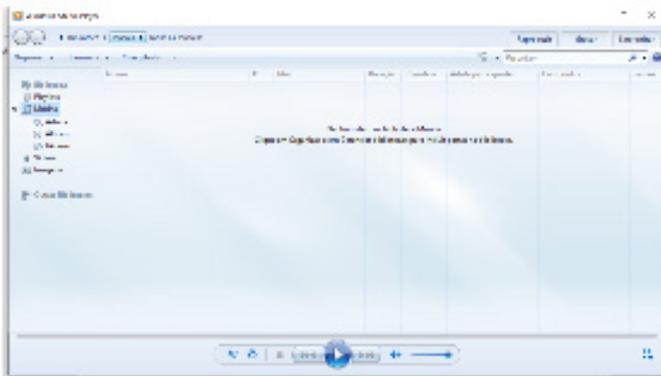
Uso dos menus



Programas e aplicativos e interação com o usuário

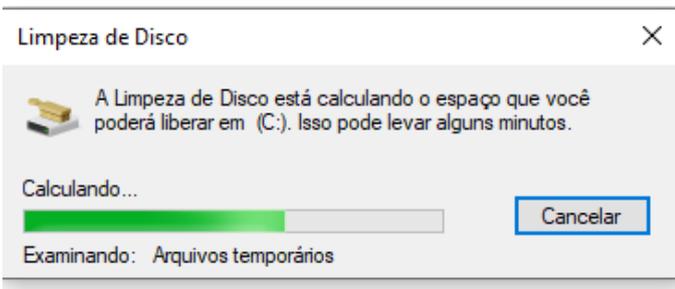
Vamos separar esta interação do usuário por categoria para entendermos melhor as funções categorizadas.

– **Música e Vídeo:** Temos o Media Player como player nativo para ouvir músicas e assistir vídeos. O Windows Media Player é uma excelente experiência de entretenimento, nele pode-se administrar bibliotecas de música, fotografia, vídeos no seu computador, copiar CDs, criar playlists e etc., isso também é válido para o media center.

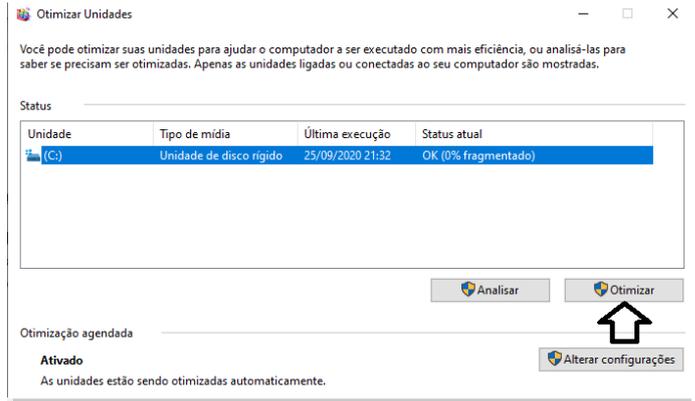


– Ferramentas do sistema

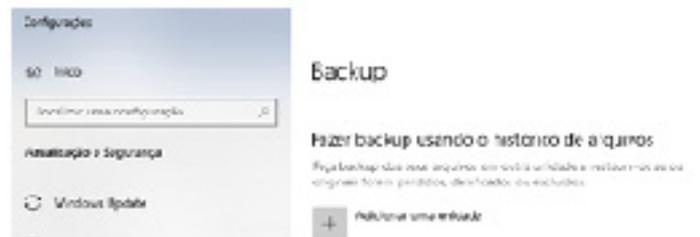
• A limpeza de disco é uma ferramenta importante, pois o próprio Windows sugere arquivos inúteis e podemos simplesmente confirmar sua exclusão.



• O desfragmentador de disco é uma ferramenta muito importante, pois conforme vamos utilizando o computador os arquivos ficam internamente desorganizados, isto faz que o computador fique lento. Utilizando o desfragmentador o Windows se reorganiza internamente tornando o computador mais rápido e fazendo com que o Windows acesse os arquivos com maior rapidez.

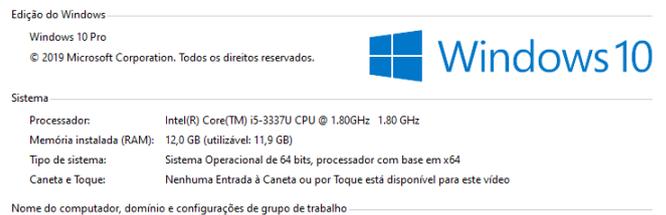


• O recurso de backup e restauração do Windows é muito importante pois pode ajudar na recuperação do sistema, ou até mesmo escolher seus arquivos para serem salvos, tendo assim uma cópia de segurança.

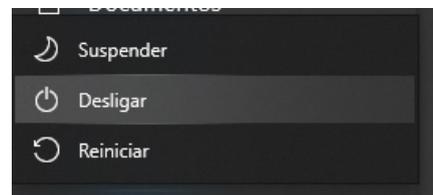


Inicialização e finalização

Exibir informações básicas sobre o computador



Quando fizermos login no sistema, entraremos direto no Windows, porém para desligá-lo devemos recorrer ao ícone de Windows e:



CONHECIMENTO DE ARQUIVO E PASTAS (DIRETÓRIOS) WINDOWS 10

Pasta

São estruturas que dividem o disco em várias partes de tamanhos variados as quais podem armazenar arquivos e outras pastas (subpastas)¹.

1 <https://docente.ifrn.edu.br/elieziosoares/disciplinas/informatica/aula-05-manipulacao-de-arquivos-e-pastas>



Arquivo

É a representação de dados/informações no computador os quais ficam dentro das pastas e possuem uma extensão que identifica o tipo de dado que ele representa.

Extensões de arquivos

Extensão	Tipo
.jpg, .jpeg, .png, .bmp, .gif, ...	Imagem
.xls, .xlsx, .xlsm, ...	Planilha
.doc, .docx, .docm, ...	Texto formatado
.txt	Texto sem formatação
.mp3, .wma, .aac, .wav, ...	Áudio
.mp4, .avi, .rmvb, .mov, ...	Vídeo
.zip, .rar, .7z, ...	Compactadores
.ppt, .pptx, .pptm, ...	Apresentação
.exe	Executável
.msi, ...	Instalador

Existem vários tipos de arquivos como arquivos de textos, arquivos de som, imagem, planilhas, etc. Alguns arquivos são universais podendo ser aberto em qualquer sistema. Mas temos outros que dependem de um programa específico como os arquivos do Corel Draw que necessita o programa para visualizar. Nós identificamos um arquivo através de sua extensão. A extensão são aquelas letras que ficam no final do nome do arquivo.

Exemplos:

.txt: arquivo de texto sem formatação.

.html: texto da internet.

.rtf: arquivo do WordPad.

.doc e .docx: arquivo do editor de texto Word com formatação.

É possível alterar vários tipos de arquivos, como um documento do Word (.docx) para o PDF (.pdf) como para o editor de texto do LibreOffice (.odt). Mas atenção, tem algumas extensões que não são possíveis e caso você tente poderá deixar o arquivo inutilizável.

Nomenclatura dos arquivos e pastas

Os arquivos e pastas devem ter um nome o qual é dado no momento da criação. Os nomes podem conter até 255 caracteres (letras, números, espaço em branco, símbolos), com exceção de / \ | > * : " que são reservados pelo sistema operacional.

Bibliotecas

Criadas para facilitar o gerenciamento de arquivos e pastas, são um local virtual que agregam conteúdo de múltiplos locais em um só. Estão divididas inicialmente em 4 categorias:

- Documentos;
- Imagens;
- Músicas;
- Vídeos.

COMUNICAÇÃO E JORNALISMO

A origem do termo comunicação nasce de três elementos, partindo de sua formação etimológica. Co: simultaneidade, reunião, atividade realizada em conjunto; Munis: estar encarregado de uma função; Tio: atividade, prática. O termo surge pela primeira vez no universo religioso, cristianismo antigo, cuja vida eclesial era marcada pelo silêncio e isolamento, era, portanto, o enclaustramento e a condição para se conhecer Deus. Chamados de anacoretas, esses homens viviam em solidão e mudez.

No entanto, havia outro grupo de nome cenobitas, que vivia em comunidade. O termo vem de cenóbios do grego koenóbion (lugar onde se vive em comum). É nesse ambiente que surge o *communicatio* (tomar a refeição da noite em comum), ou seja, não é o ato de comer, mas sim de comer juntamente com outros, reunidos, os cenobitas rompem o isolamento e o silêncio durante o jantar com a prática. Logo,

O termo comunicação não designa todo e qualquer tipo de relação, mas sim aquela cujos elementos se destacam de um fundo de isolamento, aquela em que haja a intenção de romper o isolamento. Trata-se da ideia de uma realização em comum, sendo assim, comunicação é ter algo em comum, traduz-se como produto de um encontro social.

Comunicação não é comungar algumas práticas ou hábito coletivo, mas sim vista como produto intencional exercido sobre outrem. O termo comunicação pode, ainda, ser entendido, como a composição de duas palavras: comum + ação (ação em comum). Logo, a ação realizada é sobre outrem, trata-se do fato de comunicar, estabelecer uma relação com alguém, da transmissão de signos por meio de códigos e da capacidade de troca de pensamentos, ideias, sentimentos pela fala, gestos, imagens ou meios técnicos e tecnológicos.

Comunicação tem um sentido polissêmico. São três os grandes domínios da comunicação:

- A dos seres brutos;
- A dos seres orgânicos;
- A dos seres humanos.

Com relação aos seres brutos, a comunicação é relação e transmissão. Com relação aos seres orgânicos, a comunicação é também de relação, dá-se por relatividade dos termos ação versus reação. Somente com o homem ocorre o domínio simbólico, pois é a única que implica na intervenção complexa da cultura no processo que é puramente de comunicação, pois cultura implica a transmissão de um patrimônio de gerações.

O ser orgânico, como por exemplo o animal, remete ao biológico. No entanto, o homem remete à ordem simbólica. O ser humano é um ser de comunicação consigo mesmo, com o outro e com o mundo. Logo, comunicar é simular a consciência de outrem, tornar comum (participar) um mesmo objeto mental (sensação, pensamento, desejo, intuição e afeto).

O processo de comunicação é um dos fenômenos mais importantes da história da humanidade, desde a origem da fala, do desenvolvimento das linguagens e as manifestações das linguagens verbal, visual e sonora. Linguagem, cultura e tecnologia são elementos indissociáveis no processo comunicacional. A linguagem abriu estradas para a cognição simbólica e suas interações, por essa razão, a cultura está ligada aos avanços tecnológicos assim como a comunicação.

Para o professor de Teoria da Comunicação da Faculdade de Selvíria (FAZ) de Mato Grosso do Sul, João Batista Perles, cultura e comunicação são conceitos suplementares, pois “não se constituem, nem um nem outro, fundamento, mas condições necessárias para a compreensão e existência de cada um”. Deve-se pensar na tríade antes de qualquer reflexão ou pesquisa: linguagem, cultura, tecnologia. Na apreensão dos fenômenos, Perles em seu artigo “Comunicação: conceitos, fundamentos e história”, segue a linha antropológica de modo a entender a cultura como algo inerente ao homem, assim como a linguagem e a comunicação.

A comunicação evolui ou se transforma, não é estática, pois está diretamente ligada ao tempo-espaço, à cultura, religião, habitat, história. Um influencia o outro, ininterruptamente, ou seja, tem-se uma mudança a partir da arte e da cultura de um grupo social, por isso comunicação é um fenômeno contínuo. A comunicação, fenômeno inerente ao homem, vincula-se a todos os aspectos e áreas, como a antropologia, a sociologia e a psicologia etc. Logo, não há como dissociar.

Deste modo, o caráter da comunicação está na socialização e, para tanto, desenvolve-se, a partir dela, as funções perceptivas relacionadas aos sentidos e aos sentimentos. As mensagens falam muitas vezes do homem, o sentimento, as emoções, devido ao alto aspecto humano e, por isso, psicológico.

O jornalismo, por sua vez, pode ser entendido a partir de três dimensões básicas:

- O jornalismo é uma linguagem
- O jornalismo é um processo
- O jornalismo é um espaço público.

A função do jornalismo é informar. Para isso, pode recorrer a mais ou menos entretenimento, literatura, subjetividade ou objetividade. O formato do fazer jornalístico pode variar de país para país, mas a essência é a mesma: a informação.

O jornalismo deve sempre ter compromisso social, pois ele é responsável pela formação da opinião pública e influenciados das massas por atingir meios de comunicação populares, ele tem o dever de que toda e qualquer informação gere conhecimento e mova a população, gere atitude.

O jornalismo é uma atividade de transformação informativa, possui uma dimensão prática e comunicativa. A dimensão prática trata-se do jornalismo como uma atividade racional, empresarial e industrial rigorosamente periódica, regular, repetitiva (controlada pelas rotinas de produção), e a comunicativa diz respeito aos eu viés humano, social, ideológico e efêmero, é mediada pelo sujeito da produção e da interpretação, como o indivíduo, a empresa e suas relações, interesses, valores individuais, coletivos, corporativos e empresariais.

No decorrer da história o jornalismo consolidou-se como prática comunicativa através de diferentes tipos de mídias, os formais (impressos, rádio, TV e internet) e os informais (cinema e livros).

Confira a seguir a linha do tempo da imprensa e dos meios tecnológicos pelos quais as notícias foram se adaptando como veículos de comunicação no decorrer da história:

- 305 DC - Primeiras prensas de madeira inventadas na China (símbolos eram entalhados em blocos de madeira)
- 1049 - Primeiro tipo móvel de argila inventado pelo chinês Pi Sheng
- 1450 - Jornais aparecem na Europa
- 1455 - Na Alemanha Johannes Gutenberg inventa uma impressora com tipos móveis de metal, a prensa.
- 1650 - Primeiro jornal diário aparece em Leipzig, Alemanha
- - Henry Mill recebe a patente pela primeira máquina de escrever

- 1808 – Primeiro jornal oficial no Brasil
- 1814 - Joseph Niépce obtém a primeira fotografia
- 1876 - Thomas Edison patenteia o mimeógrafo
- 1904 - Primeiro HQ com periodicidade regular
- 1910 - Thomas Edison demonstra o primeiro filme sonoro
- 1923 - A televisão, ou iconoscópio é inventada por Vladimir Kosma Zworykin (primeira câmera de TV).
- 1927 - Primeira transmissão de televisão na Inglaterra. Warner lança “O cantor de Jazz”, primeiro filme falado.
- 1944 – Invenção do Eniac, o primeiro computador. Do tamanho de uma sala.
- 1958 - Chester Carlson inventa a máquina de xerox
- 1969 -- Começa a funcionar a primeira internet (Arpanet), de uso exclusivo do governo americano
- 1992 - Surgem as primeiras câmeras fotográficas digitais (uso comercial)
- 1995 – Internet é explorada comercialmente no Brasil

ARTICULAÇÃO DOS CÓDIGOS COMUNICACIONAIS NAS NOVAS MÍDIAS

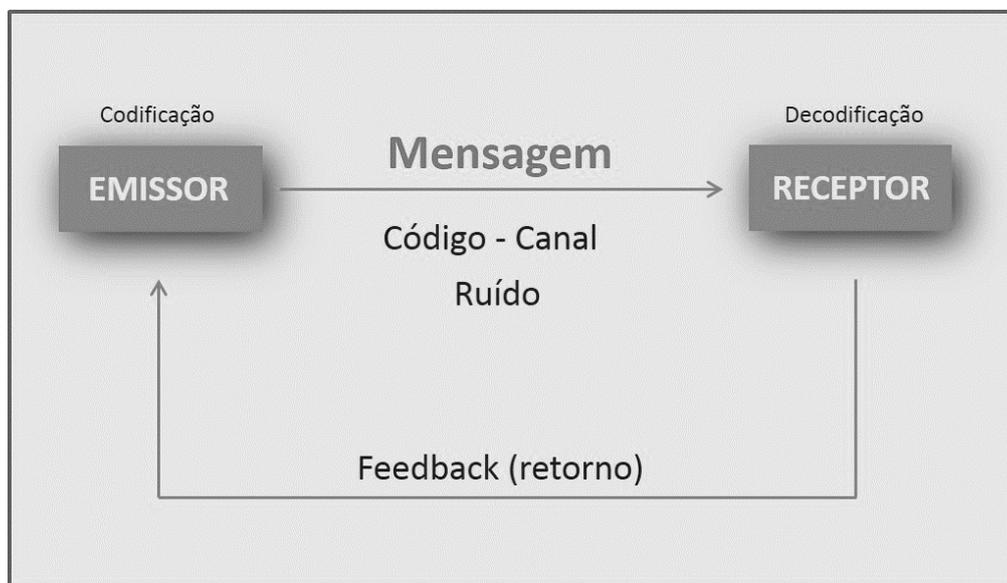
A comunicação é inerente ao ser humano, assim como a significação e a leitura. Esses elementos são processados o tempo inteiro e, desde que o homem criou a linguagem para expressar sua vida: conflitos, incertezas, medos e alegrias, conquistas com a arte rupestre, por exemplo, pode-se dizer que o homem é um ser de linguagem, pois expressa, pela arte, saudade, felicidade, riso e choro, entre outros sentimentos.

Ela pode ocorrer por meio de várias linguagens: a verbal (falada e escrita), a linguagem sonora (acústica- áudio: clipes, ópera, música em geral), a linguagem visual: retórica gestual, ideias, comportamentos, atitudes e arte (cinema, fotografia, teatro, literatura, HQs, design, pintura, escultura, arquitetura, dança etc.).

Os elementos da comunicação são:

- a) Emissor: o que envia a mensagem (remetente, locutor, codificador, falante);
- b) Receptor: o que recebe a mensagem (destinatário, interlocutor, decodificador, ouvinte, telespectador, público);
- c) Mensagem: conteúdo que a mensagem carrega;
- d) Canal: meio (contato);
- e) Código: conjunto de signos em que se insere o código;
- f) Contexto: referente, situação.

Faz-se necessário que a comunicação seja clara e que o receptor tenha referenciais da mensagem para que não haja ruídos (falhas na comunicação). No processo, há o retorno à mensagem, ou seja, o *feedback*. Logo, o emissor codifica uma mensagem formada por um conjunto de códigos e, por meio de um canal, envia a mensagem a um decodificador.



A comunicação está diante de nós espectadores, ouvintes, leitores, consumidores e receptores, ela está nos *outdoors*, nas campanhas políticas, nas bancas de revistas, na televisão, rádio, jornais, internet, em nossas conversas, nas trocas simbólicas de toda ordem. Enfim, no todo do dia a dia dos grupos sociais.

Antigamente, as comunidades se comunicavam por meio de trocas simbólicas e da expressividade humana que é geral. A comunicação é o processo social básico de produção e compartilhamento do sentido através da materialização de formas simbólicas, essas trocas sempre existiram e não foram inventadas pela imprensa, TV ou internet. A modernidade não descobriu a comunicação, apenas a problematizou e complexificou seu desenvolvimento.

Apenas no século XX que o termo *comunicação* passa a ser veiculado à exaustão, antes se dizia arautos, linguagens, práticas, retórica, discurso, imprensa, persuasão, procedimentos etc. O objeto empírico da comunicação é um elenco de práticas distintas. Isso significa que os objetos da comunicação não são os objetos comunicativos do mundo, mas uma forma de identificá-los, de falar com eles e de construí-los conceitualmente.

TEORIAS DA COMUNICAÇÃO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA COMUNICAÇÃO HUMANA: A TEORIA. TEORIA HIPODÉRMICA DA COMUNICAÇÃO. TEORIA ESTRUTURAL FUNCIONALISTA. MODELOS TEÓRICOS DE COMUNICAÇÃO E OS PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO.

O resultado dos esforços para se conhecer a comunicação são as teorias. Teoria pode ser definida como um sistema de enunciados num corpo organizado de ideias sobre a realidade ou aspectos dela. Etimologicamente, o termo *teoria* significa contemplação, exame, abstração intelectual.

As dificuldades são muitas para se criar um caminho que possa chegar à teoria da comunicação. O surgimento das ciências sociais, por exemplo, é resultado de um trabalho de recorte no domínio de uma totalidade que é a realidade social.

Na comunicação, o desenvolvimento das práticas, a invenção dos meios de comunicação motivou estudos e reflexões. O conhecimento da comunicação não está isento do revestimento das ideologias e condicionamentos de toda ordem, pois a comunicação se reveste de um poder na sociedade contemporânea e desempenha funções primordiais nos cerne das relações políticas, econômicas, sociais e culturais.

As maiores dificuldades e problemas nas teorizações e limitações do objeto de estudo da comunicação estão em questão como:

1. Qualidade e desempenho;
2. Proximidade e identificação;
3. Extensão e diversidade da dimensão empírica;
4. Diversidade e mobilidade do objeto de empiria: revoluções tecnológicas;
5. Heterogeneidade dos aportes teóricos acionados para a compreensão: fenômeno empírico com muitas facetas, pois a comunicação suscita múltiplos olhares;
6. Tendência aos modismos: quadros conceituais e vertentes explicativas;
7. Espaço acadêmico da comunicação apresenta-se permeado de diferentes tensões;

Com relação à dificuldade que se encontra na extensão e diversidade empírica, a comunicação opera em inúmeras atividades profissionais, diversos veículos e múltiplas linguagens, presente nas seguintes atividades profissionais: Jornalismo, Publicidade, Relações Públicas, assessorias e eventos. O meio da comunicação está em diversos veículos, no impresso, na rádio, na televisão e, nas últimas décadas, na Internet.

Os estudos específicos sobre o fazer comunicativo e sobre os meios de comunicação datam do século XX. Sabe-se que na Grécia Antiga, os sofistas exercitavam o uso da palavra e ensinavam a arte do discurso; os filósofos reivindicavam a discussão organizada de homens racionais; Platão realçava a importância do discurso que buscava a verdade, distinguindo-o da retórica e, Aristóteles conceitua a retórica como a busca de todos os meios possíveis de persuasão. Ele classifica e organiza as técnicas da retórica. No entanto, os estudos em busca de uma teoria têm início século passado.

Esses estudos são contemporâneos de profundas mudanças que aconteceram no mundo todo, como a institucionalização e profissionalização das práticas, as novas configurações espaço-temporais que estabeleceram novas realidades de comunicação, invenções, imediatismos digitais, chegada de novos meios, urbanização, consolidação do Capitalismo industrial, instalação da sociedade de consumo, expansão do imperialismo, notadamente o norte-americano, entre outros.

Otto Groth, estudioso e pesquisador das primeiras décadas do século XX, na Alemanha, em Estrasburgo, escreve a mais famosa e primeira enciclopédia sobre o jornalismo, a *Teoria do Diálogo*. Em 1930, nos EUA, estudiosos tais como: Paul Lazarsfeld, Harold Lasswell, Kurt Lewin e Carl Hovland inauguram pesquisas sobre a comunicação. Lazarsfeld é sociólogo formado em Viena, dedica-se aos estudos das audiências dos meios de comunicação de massa, à caracterização dos efeitos e processos de formação da opinião pública.

Lasswell é cientista político e trabalha com opinião pública, identifica as funções básicas da comunicação, estabelece um modelo que se tornou um paradigma da área comunicacional: quem, diz o quê, em que canal, a quem e com que efeito. É conhecido como o Esquema de Lasswell. Lewin é psicólogo também formado em Viena como Lazarsfeld, desenvolveu estudos sobre a comunicação em pequenos grupos sobre líderes de opinião e o psicólogo Hovland trabalha com pesquisas experimentais sobre a influência e a mudança de atitudes.

Eles quatro começam a desenvolver pesquisas voltadas para os meios de comunicação de massa, seus efeitos e funções. Esses estudos são conhecidos como *Mass Communication Research* (pesquisa de comunicação de massa) e marcam o início dos estudos da Teoria da Comunicação. Vários institutos e centros de pesquisa são estruturados possibilitando teorizações sobre o papel dos meios de comunicação. Esses estudos estavam ligados a motivações de ordem política e econômica.

Entre 1920 e 1960, os EUA marcaram os estudos pela hegemonia do campo de *Mass Communication Research*. Embora os autores e pesquisadores fossem de lugares diversos e de áreas diferentes, desde sociólogos, engenheiros da comunicação, cientistas políticos e psicólogos, e o resultado de cada estudo também se apresentou diferente, pois o campo era hegemônico. Mesmo inconciliáveis, características amarram as pesquisas dando-lhes um ar de unidade. São elas:

- 1) Enfoque empirista dos estudos privilegiando a pesquisa quantitativa;
- 2) Enfoque mais pragmático e político que cientificista. As pesquisas em comunicação têm origem nas demandas instrumentais do Estado, nas Forças Armadas e nos grandes monopólios da área de comunicação de massa, com o objetivo de compreender como funcionam os processos comunicativos, a fim de otimizar seus resultados;
- 3) Objeto de estudo: Trata-se de pesquisas voltadas fundamentalmente para a comunicação midiática;

- 4) Modelo comunicativo: que possa fundamentar os estudos.

Por volta de 1920, o Fundo Payne passa a financiar as pesquisas empíricas sobre os efeitos da comunicação, base da *Mass Communication Research*. Os primeiros estudos eram voltados para a influência do cinema em crianças. Em seguida é a obra de Lasswell intitulada *“Propaganda Techniques in the World War”* (Técnicas de propaganda na Primeira Guerra Mundial - 1917) que é identificada como o marco inicial da *Mass Communication Research*. Desses estudos surgem três grupos.

São eles:

- Teoria da Informação;
- Teoria Funcionalista;
- Teoria dos Efeitos da Comunicação.

TEORIA DA INFORMAÇÃO

Teoria da Informação ou Teoria Matemática da Comunicação: elaborada por Claude Shannon (1916-2001) e Warren Weaver (1894-1978), dois engenheiros matemáticos norte-americanos, trata-se de uma sistematização do processo comunicativo a partir de uma perspectiva técnica, com ênfase nos aspectos quantitativos. Para os engenheiros, a representação comunicacional segue o seguinte esquema:

Fonte de Informação ▪ **Transmissor** ▪ **Canal** ▪ **Receptor** ▪

Destino

Segundo o professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Carlos Alberto Araújo, autor do capítulo “A Pesquisa Norte-Americana” do livro “Teorias da Comunicação” organizada pelo professor da USP Antônio Hohlfeldt, a comunicação é apresentada como um sistema no qual a fonte de informação seleciona uma mensagem desejada a partir de um conjunto de mensagens possíveis, codifica esta mensagem transformando-a num sinal passível de ser enviado por um canal ao receptor, que fará o trabalho do emissor ao inverso. Assim, a comunicação é entendida como um processo de transmissão de uma mensagem por uma fonte de informação, através de um canal, a um destinatário. Nesse sentido, surge um problema em torno de duas questões que se colocam à comunicação:

- A da complexidade em oposição à simplificação;
- A da acumulação do conhecimento em oposição à racionalização dessa acumulação.

Nessas pesquisas, a comunicação não é vista como um processo, mas sim, como um sistema. A Teoria da Matemática não está preocupada com a inserção da comunicação, mas sim, com a definição de um modelo de fenômeno comunicativo que pode servir de suporte para todas as pesquisas do *Mass Communication Research*.

A proposta é a de um modelo linear cujos elementos são encaixados e não podem se dispor de outra forma, devido sua linearidade e fixidez. Alguns conceitos correlatos são trabalhados por esta teoria. Todos esses conceitos e elementos do processo de comunicação são encaixados em teoremas que usam de matrizes e logaritmos numa pesquisa quantitativa e matemática. São eles:

- A noção de informação, ligada à incerteza, à probabilidade e ao grau de liberdade na escolha das mensagens;
- A entropia, imprevisibilidade, desorganização de uma mensagem, tendência de os elementos fugirem da ordem;
- O código que orienta a escolha e atua no processo de produção da mensagem;
- O ruído: interferência que atua sobre o canal impedindo a transmissão;
- A redundância: repetição que garante o entendimento.

“O objetivo do Esquema Comunicacional é o de medir a quantidade de informação passível de se transmitir por um canal evitando-se distorções que podem ocorrer nesse processo”, diz Araújo.

TEORIA FUNCIONALISTA

A Corrente Funcionalista tem a motivação da comunicação de massa na sociedade. Trata-se de abordar hipóteses sobre as relações entre indivíduos, a sociedade e os meios de comunicação de massa, a partir de uma linha sociopolítica. Objetiva manter o equilíbrio da sociedade e seu funcionamento, isso significa que é o indivíduo o objeto de estudo e não mais a dinâmica interna dos processos de comunicação, mas o social.

“Essa teoria surgiu a partir dos estudos de Lasswell. Na teoria funcionalista, o sistema social é visto como um organismo cujas partes desempenham funções de integração e manutenção do sistema”, diz Araújo. O organismo vivo é composto de partes e cada uma cumpre seu papel mantendo o sistema social funcionando.

A contribuição mais importante é a formalização do processo comunicativo a partir da questão-programa de Lasswell (1930-1940- modelo que problematiza e soluciona) a partir da Teoria Matemática. Esse modelo virou paradigma para os estudos vindouros.

TEORIA HIPODÉRMICA

A Teoria Hipodérmica é a teoria da causa e efeito. Ela explica a natureza das ações dos meios de comunicação na massa. Também chamada de bala mágica, agulha hipodérmica e teoria da correia de transmissão, ela estuda os efeitos das informações dos indivíduos. Assim que se inicia o processo dos meios de comunicação, estes atingem a todos provocando determinados efeitos. Suas características são as dispostas a seguir:

- os estudos alicerçados nas teorias da sociedade de massa de Gustave Le Bon e Ortega Y Gasset. Para eles, a sociedade industrial era uma multidão, cujos indivíduos viviam isolados, sem relações interpessoais, e respondiam às teorias behavioristas (resposta e estímulo) tão somente, ou seja, eram condicionados;
- os indivíduos são vistos como sujeitos passivos;
- os efeitos atingem o indivíduo independentemente da classe social, faixa etária e gênero;
- os meios agem sobre a sociedade.

Muitos estudos voltados para a quantidade de mensagens sobre violência, principalmente em crianças criaram corpo nessa época. E a partir de 1940, a Escola Norte-Americana dos Efeitos que contribuem para a aprimorar o modelo comunicativo hipodérmico é o primeiro campo a iniciar pesquisas empírico-experimentais conhecidas como abordagens de persuasão.

TEORIA DOS EFEITOS LIMITADOS

Na Teoria dos Efeitos Limitados, vemos abordagens que pesquisam dentro das áreas psicológicas e sociológicas. É o psicólogo naturalizado norte-americano Kurt Lewin (1890- Alemanha-1947-EUA) quem estuda as relações dos indivíduos dentro de grupos, tais como a observação dos processos de decisão, os efeitos da pressão, como lidam com normas e atribuições do grupo no comportamento e atitudes dos membros. Essa teoria deixa claro que nem toda informação atinge feito bala na agulha, há grupos que se interagem e já possuem princípios imutáveis, entre aspas.

TEORIA DA AUDIÊNCIA

É Lazarsfeld quem pesquisa as reações imediatas da audiência dos conteúdos da comunicação de massa. Pesquisou, ainda, os fatores de mediação existentes entre as pessoas e os meios de comunicação de massa, os grupos diferenciados de público e os modelos de consumo.

A partir dessas pesquisas e obras surge o “Líder de Opinião”: a pessoa que, no meio da teia social, influencia outras pessoas na tomada de decisão. “Surge o modelo *Two-step-flow of communication* (Duas etapas de fluxo de comunicação): trata-se de entender a comunicação em fluxos de dois níveis: dos meios aos líderes; dos líderes à massa”, diz Araújo.

Até 1960, as investigações sobre os efeitos foram realizadas incansavelmente e com resultados complexos e distintos. Essa corrente vai dialogar com outros formatos e modelos de estudos comunicacionais desde a Semiótica peirceana, estudos da Escola de Palo Alto até a teoria do Interacionismo Simbólico. E vai dialogar, ainda, “com estudos europeus, como a Escola Francesa e Culturológica, a Semiologia, a Sociologia do Conhecimento, e os estudos culturais de Birmingham, na Inglaterra. Desses diálogos, novas abordagens surgem sobre a problemática dos efeitos”, diz Araújo.

TERIA DOS USOS E GRATIFICAÇÕES

A partir dessa teoria preocupa-se com o uso que as pessoas fazem com os meios. O receptor passa a ser visto com sujeito agente, capaz de participar dos processos de interpretação e satisfação de necessidades. Em 1990, Katz realiza, junto a universidade de Jerusalém, a pesquisa *The Export of Meaning* (A exportação do significado).

TEORIA DO AGENDA SETTING

Hipótese do Agenda Setting ou Teoria dos Efeitos a longo prazo: (início dos estudos com Kurt, Gladys Lang⁶ – 1952) teoria que pensa a ação dos meios não como formadores de opinião ou causadores dos efeitos diretos, mas sim, como alteradores da estrutura cognitiva das pessoas. O modo como cada pessoa conhece o mundo é modificado a partir da ação dos meios de comunicação de massa, ação que é compreendida como um agendamento, ou seja, a colocação de temas e assuntos na sociedade na agenda de cada um. Em 1972, Maxwell McCombs (1938) e Donald Shaw (1936) desenvolvem o artigo *The Agenda Setting Function of Mass Media*. (A configuração da função da Agenda na mídia de massa). Eles são os responsáveis pela teoria do Agendamento.

Com o *Mass Communications Research* e seus estudos sobre os efeitos dos meios de comunicação de massa nos indivíduos abrem o leque de possibilidades e diálogos, pois de um modelo esquematizado como o de Lasswell que evidencia um formato linear partindo dos meios, de receptores passivos e isolados, de determinados efeitos diretos chegou-se a modelos que passaram a considerar a influência de outras áreas, tais como:

- A psicologia dos receptores;
- As formas de organização das mensagens;
- A rede de relações interpessoais em que os indivíduos se inserem;
- Os elementos extramedia que atuam de forma concomitante nos meios de comunicação;
- Os usos que as pessoas fazem com esse meio;
- A natureza da ação dos meios na sociedade.

Em resumo, a Evolução da Escola Norte-Americana é pontuada pela consolidação de uma grande perspectiva teórica formalizada pela Teoria Matemática e pela questão-problema de Lasswell que caminha por modelos operacionais dos meios voltados para o processo comunicativo e sua otimização quantitativa. Estudos preocupados com as funções comunicativas, de orientação ética e com ênfase na compreensão do todo social e, principalmente, e sobretudo, preocupados com os efeitos. Logo, fazem parte da Mass Communication Research:

- Teoria Hipodérmica
- Teoria Funcionalista
- Teoria dos Efeitos Limitados
- Teoria da Audiência
- Teoria dos Usos e Gratificações
- Teoria do Agenda Setting

Com o tempo, os próprios estudos norte-americanos desconstruem o paradigma hipodérmico e reabilita os “estudos da Escola de Chicago e a Escola de Palo Alto inaugurando novas frentes de pesquisas baseadas nas formulações do Agenda Setting e Usos e Gratificações, lançando novas perspectivas sobre a teorização comunicacional”, conclui Araújo.

O TEXTO JORNALÍSTICO – CARACTERÍSTICAS: A ESTRUTURA DA NOTÍCIA; NÚMEROS E SIGLAS; USO CORRETO DOS VERBOS

A linguagem jornalística caracteriza-se por ser clara, fluente, concisa, precisa, coesa e coerente.

- Clareza: o leitor/ouvinte/telespectador não deve ter dúvidas quanto ao significado do que acaba de ler/ouvir/ver.
- Fluência: a narrativa dos fatos deve fluir naturalmente, como se o jornalista estivesse contando uma história para alguém (e é isso que acontece).
- Concisão: os fatos que constituem a matéria jornalística devem ser explicados com a quantidade mínima e suficiente de palavras (não “encher linguiça”).
- Precisão: o redator tem domínio do vocabulário linguístico e usa as palavras certas para dizer exatamente o que quer expressar.
- Coesão: a ligação entre palavras, orações, períodos e parágrafos obedece a uma construção lógica e os conectivos são usados corretamente.
- Coerência: os fatos que constituem a matéria têm evidente conexão entre si, criando uma narrativa lógica dos fatos.

A simplicidade é condição essencial do texto jornalístico. Um bom profissional escreve para todos os tipos de leitor e todos, sem exceção, têm o direito de entender qualquer texto, seja ele político, econômico, internacional ou urbanístico.

Este profissional deve sempre adotar como norma a ordem direta, por ser aquela que conduz mais facilmente o leitor à essência da notícia, dispensando os detalhes irrelevantes e vá diretamente ao que interessa, sem rodeios. A simplicidade do texto não implica necessariamente repetição de formas e frases desgastadas, uso exagerado de voz passiva (será iniciado, será realizado), pobreza vocabular etc. Com palavras conhecidas de todos, é possível escrever de maneira original e criativa e produzir frases elegantes, variadas, fluentes e bem alinhavadas. Nunca é demais insistir: fuja, isto sim, dos rebuscamentos, dos pedantismos vocabulares, dos termos técnicos evitáveis e da erudição.

O jornalista jamais deve começar períodos ou parágrafos seguidos com a mesma palavra, nem use repetidamente a mesma estrutura de frase. O estilo jornalístico é um meio-termo entre a linguagem literária e a falada. Por isso, deve-se evitar tanto a retórica e o hermetismo como a gíria, o jargão e o coloquialismo.

O jornalista funciona como intermediário entre o fato ou fonte de informação e o leitor. Ele não deve limitar-se a transpor para o papel as declarações do entrevistado, por exemplo; mas deve fazê-lo de modo que qualquer leitor possa apreender o significado das declarações.

Banir do texto os modismos e os lugares-comuns é essencial. É sempre possível encontrar uma forma elegante e criativa de dizer a mesma coisa sem incorrer nas fórmulas desgastadas pelo uso excessivo. Um bom profissional nunca perde de vista o universo vocabular do leitor.